



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012635-88.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Banco Jsafrsa Sa**  
 Requerido: **Mayra Rafaela Simoes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO JSAFRA SA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária em face de Mayra Rafaela Simoes, também qualificado, alegando tenha firmado contrato de financiamento com o réu, para pagamento em 48 parcelas, garantido pela alienação fiduciária do veículo marca *Chevrolet/Celta 1.0 LS 8V, cor prata, ano 2013, placas FDO 3194, chassi 9BGRG08F0DG112235*, deixando entretanto de honrar as parcelas vencidas desde 07 de setembro de 2016, ensejando vencimento antecipado da dívida que soma R\$ 9.146,95 na data da propositura da ação, do que foi devidamente constituído em mora, à vista do que pretende a busca e apreensão do bem, condenando-se o réu nos encargos da sucumbência.

Realizada a busca e apreensão do veículo, a requerida apresentou contestação alegando, em preliminar, ausência de constituição em mora; no mérito aduz tenha contraído empréstimo junto ao autor no valor de R\$ 26.585,56, com entrada de R\$ 10.000,00 e o restante em 36 parcelas e R\$ 460,71, admitindo tenha pago somente 13 das 36 parcelas, pois, engravidou modificando sua situação financeira, impossibilitando de honrar com seus compromissos, de modo que, necessitando do veículo, pediu autorização para o depósito do valor cobrado em duas parcelas iguais, e ainda, a aplicação da teoria do adimplemento substancial, vez que o valor inadimplido é irrisório frente ao valor do contrato, pois, já realizou o pagamento de 61% do bem, além do que, é de ser aplicado o *princípio da conservação dos contratos de consumo*, previsto no art. 54, §2º do Código de Defesa do Consumidor, onde o consumidor tem a opção de postular o cumprimento da avença ao invés da resolução do contrato que incorreu em inadimplemento, de modo que insiste no depósito do valor de R\$ 4.500,00, comprometendo-se a efetuar o depósito restante no prazo de 30 dias.

Replicou o autor impugnando os benefícios da assistência judiciária gratuita requerida pela ré, pois, não comprovada a necessidade, e rebatendo a preliminar porquanto a notificação tenha sido entregue no endereço constante do contrato, cabendo à requerida comunicar ao Banco o novo endereço; quanto ao mérito, a alegada teoria do adimplemento substancial não pode ser aplicada ao caso, porquanto tal teoria é aplicada quando a prestação estiver muito próxima do final, o que não é o caso dos autos, pois, a ré quitou apenas 61% do contrato, não podendo também se falar em aplicação do Código de Defesa do Consumidor, pois, não há relação de consumo entre as partes e, também, o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contrato destes autos não é de adesão, mas simples contrato-tipo, de modo que, uma vez não purgada a mora, pois, não houve o depósito integral da dívida, reitera os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Não procede a preliminar de falta de constituição em mora apontada pela ré, atento a que, nos termos do entendimento que se firmou em nossos tribunais, a notificação extrajudicial é válida desde que enviada ao endereço informado pelo devedor no contrato, a propósito da ementa seguinte: *“Civil e processual. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão (Decreto-Lei n. 911/1969). Notificação extrajudicial válida, posto que enviada ao endereço informado pelo devedor fiduciante quando da celebração do contrato. Mora em princípio comprovada. Afastada a extinção do processo sem resolução do mérito e não sendo o caso de prosseguimento do julgamento nos termos do artigo 515, § 3º, do CPC/1973 (artigo 1.013, § 3º, do novo CPC), determina-se o retorno à origem para regular prosseguimento. RECURSO PROVIDO”* (cf. Ap. nº 1000256-78.2016.8.26.0352 - 27ª Câmara de Direito Privado TJSP - 03/05/2016 <sup>1</sup>).

No mérito, a ré confessa a mora no pagamento das prestações ao admitir tenha pago somente 13 das 36 parcelas, de modo que a aplicação da teoria do adimplemento substancial sem que haja uma iniciativa de depósito de valores, com o devido respeito, não pode ser admitida, inclusive porque *“Não há motivo para discutir-se o valor da obrigação, quando, após ter sido efetivada a apreensão do bem dado em garantia, o devedor, não se valendo da faculdade legal para requerer a mora, contesta ação pretendendo discutir a validade dos termos para contrato. Recurso provido para cassar a decisão que determinou a realização de perícia contábil para apurar a existência de anatocismo”* (cf. AI. nº. 532.300-00/2 8ª Câmara do 2º TACSP <sup>2</sup>).

Diga-se mais, de modo a pretensão da ré em ver a questão resolvida a partir do depósito do valor de R\$ 4.500,00 também não pode ser admitida, uma vez que a dívida, como já dito, foi confessada, sujeitando-se o seu pagamento, portanto, aos termos e cláusulas do contrato, inclusive porque ao autor assiste plenamente o direito de exigir o cumprimento do contrato *tal como se suas cláusulas fosse disposições legais* pois quem assume obrigação contratual tem de honrar a palavra empenhada e se conduzir pelo modo a que se comprometeu, o que em doutrina se define como *força vinculante do contrato*, tendo como principal característica sua *irretratabilidade*, de modo que *não poderá o contrato ser alterado pela vontade exclusiva de um dos contratantes*, exigindo, para validade, o *consentimento das duas partes* (cf. ORLANDO GOMES, *Contratos*, Forense, RJ, 1987, p. 179).

À vista dessas considerações, forçoso concluir que, a propósito da regra da antiga lei civil, não se poderá obrigar o credor de coisa certa a *receber outra, ainda que mais valiosa* (cf. art. 863 Código Civil de 1916), até porque *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”* (inciso II, art. 5º, Constituição Federal).

<sup>1</sup> <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultado>

<sup>2</sup> LEX - JTAC - Volume 174 - Página 329.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há, em resumo, como se pretender derogados tais princípios, mesmo pelos dispositivos contidos no Código de Defesa do Consumidor, primeiramente porque aquele prevê a possibilidade apenas das cláusulas *abusivas*, qualificativo no qual jamais se poderá enquadrar a cláusula que estipule o pagamento do débito em parcelas, no respectivo vencimento.

A mora está bem caracterizada, cumprindo então reconhecer que, tendo a ré se obrigado, nos termos do contrato, a saldar o valor das parcelas, e não o tendo feito, de rigor se acolha a pretensão do banco autor, para tornar certa e definitiva, em suas mãos, o domínio e a posse do bem.

Litigando sob os auspícios da assistência judiciária gratuita, fica prejudicada a condenação do réu na sucumbência.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para dar por consolidada em mãos do autor BANCO JSAFRA SA o domínio e a posse do veículo *Chevrolet/Celta 1.0 LS 8V, cor prata, ano 2013, placas FDO 3194, chassi 9BGRG08F0DG112235*, tornando definitiva a medida de busca e apreensão, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2017.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**